



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

TRABALHO E GÊNERO: RECORTES SOCIO-HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO

Aldení Gomes de Araújo Júnior¹

Maria do Rosário Santos²

Flaviana Fernandes Martins³

Mariana Dantas⁴

Vanessa Amancio da Silva⁵

Hiorrana Larissa da Silva⁶

Luan Alexandre da Silva Dantas⁷

Francisco das Chagas dos Santos Alves⁸

Resumo: O artigo traz como abordagem os estudos da mulher na sociedade capitalista, a partir dos recortes históricos de gênero. Baseia-se em revisão teórica, a qual se estrutura no método crítico dialético, por entender que é necessário romper a imediatez. Conclui-se que nas relações de trabalho ainda permeia a divisão sexual, sendo o cotidiano de trabalho feminino marcado pela superexploração.

Palavras-chave: Mulher; Divisão sexual do trabalho; Desigualdade de gênero.

Abstract: The article brings as an approach the studies of women in capitalist society, from the historical clippings of gender. It is based on a theoretical review, which is structured in the dialectical critical method, by understanding that it is necessary to break the immediacy. It is concluded that in the work relations still permeates the sexual division, being the daily work of women marked by the overexploitation.

Keywords: Woman; Sexual division of labor; Gender inequality.

¹ Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

² Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

⁴ Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

⁵ Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

⁶ Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

⁷ Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

⁸ Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <frans.chagas@hotmail.com>.

INTRODUÇÃO

As desigualdades típicas do sistema capitalista afetam as mais diversas esferas da vida social e, de modo particular, desencadeiam as desigualdades de gênero que findam por afetar, também, o mercado de trabalho, o qual as mulheres são as mais prejudicadas no que diz respeito às condições de trabalho e suas consequentes relações.

A sociedade tende a encaixar as pessoas em determinados papéis sociais – frutos das construções sociais de gênero -, onde, historicamente, o homem é colocado como sendo o provedor do lar e protetor da família, reforçando estereótipos de masculinidade; e à mulher cabe o cuidado doméstico, a educação das crianças e a reprodução da figura feminina enquanto pessoa dócil, frágil e acolhedora.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo problematizar e refletir acerca da divisão sexual do trabalho e como isso reflete na inserção das mulheres na esfera produtiva. Uma vez que tais papéis sociais não são inatos, mas construídos historicamente e exercem coerção na vida e nas relações sociais desses sujeitos. Logo, as mulheres são as mais afetadas quando se percebe as relações no mundo do trabalho, visto que a sobrecarga de trabalho – quando se analisa o espaço produtivo e reprodutivo – é própria do capitalismo.

Diante disso, tais problemáticas e construções sociais acabam culminando nas disparidades existentes na dicotomia de gênero. Ou seja, expressam-se nos mais variados âmbitos do mercado de trabalho, tais como diferença salarial, hierarquização nas relações de trabalho, separação quanto a ocupação dos postos de trabalho, entre outros.

A MULHER NO CONTEXTO HISTÓRICO

A questão da desigualdade de gênero tem suas origens desde os tempos primitivos, quando nossos ancestrais agiam em tribos sobre comportamentos mais instintivos do que racionais, pois as atribuições do homem, em sua maioria, eram ligadas à caça, pesca e segurança da tribo, devido sua maior estatura e porte físico.

Porém, ao que tange à mulher, restavam as necessidades relacionadas a agricultura e a manutenção do local onde estava, como também a parte ligada aos cuidados e seguranças à sua cria. No entanto, foi percebido nas relações primitivas que não havia, nessa época, um *ethos* social de valorização e de moralidade referente a tais atribuições, pois, conforme a necessidade, tanto o homem quanto a mulher faziam atribuições relacionadas à caça e a parte da manutenção ou dos cuidados domésticos.

Diante disso, de acordo com Le Goff (1990), conforme a sociedade foi se desenvolvendo e se organizando com a criação da política, das cidades e conseqüentemente das novas relações sociais, a nova vida social foi adquirindo maior valor moral, onde as reflexões acerca das atribuições sociais dos homens e das mulheres passam a ser mais restritas, principalmente no que se refere à organização e participação política, como também, o misticismo ou os dogmas religiosos que passam a reforçar tal situação e característica. Sendo assim, esse comportamento se conserva desde a Idade Antiga, perpassa pela Idade Média e boa parte da Idade Moderna.

Contudo, é sabido que há exceções no que tange a exemplos de mulheres que superaram essas características, como a Rainha Egípcia Cleópatra, a qual governou o Egito por vários anos. Outro exemplo, também, são as mulheres espartanas, as quais participavam na política de forma ativa pelo fato de serem reconhecidas por sua importância na geração de novos espartanos para fins militares.

Já na Idade Moderna, Segundo Hobsbawm (1977), tempo esse que tem como característica política o absolutismo, e ainda pairava sobre este a forte força religiosa, as sucessões dos representantes das monarquias tinham como prioridade a sucessão feita por uma pessoa consanguínea de primeiro grau do sexo masculino. As mulheres consanguíneas, por sua vez, somente ascendiam ao trono quando não havia um representante real masculino em grau direto de sucessão. Assim, fazia parte da sucessão feminina ao trono a autonomia política e administrativa de realizar determinadas funções e decisões, tendo como exemplo os períodos de reinado das Rainhas ⁹Elizabeth e Vitória.

Ademais, tem-se como característica também, desde a antiguidade, segundo Vannuchi e Petean (2017), a diferença em relação às atribuições ou costumes sociais da mulher ocidental e oriental. Nesta última região (oriente), caracterizada pelo forte teor religioso, principalmente quando se trata do Islamismo, é impressionante o quão inferior é o status social da mulher em relação ao homem, uma vez que aquela era proibida de estudar e de participar das atividades políticas, tendo sua ação social restringida a ambientes religiosos e de atividades domésticas. Ao contrário disso, o homem participava ativamente da política e também podia praticar a poligamia, ou seja, casar com mais de uma mulher, enquanto que estas só podiam ser monogâmicas e, caso traíssem, tinham como punição o apedrejamento até a morte.

Já na Índia, de acordo com Mota (2013), caracterizada socialmente por castas, cuja religião dominante era o hinduísmo, a mulher, além dos comportamentos e

⁹ O termo rainhas no plural acompanhado de Elizabeth e Vitória no singular, foi empregado no sentido de englobar as várias Rainhas Elizabeth e Vitórias que fizeram parte do trono inglês desde o início da monarquia inglesa.

atribuições sociais conservadoras que tinha, é tida como uma mercadoria devido ao fato de se casar mediante o dote, que é uma espécie de parte dos bens dos pais da noiva para a família do noivo. O que impressiona, com isso, é que esses comportamentos orientais de teor religioso e conservador dessas sociedades perduram até os dias atuais.

Todavia, de acordo com Hobsbawm (1977), as Revoluções Burguesas, Revolução Industrial e a nova ordem social derivada de tais revoluções com a democracia e a cidadania resultantes disso, têm como aspectos a liberdade e universalização de direitos. É, então, a partir disso, que as mulheres começam a ter destaque social principalmente no mundo ocidental, onde começam a lutar por direitos de igualdade nas novas relações de trabalho assalariado e na política, haja vista o trabalho desigual e a exploração, pois ganhavam muito pouco em relação ao mesmo exercício laboral dos homens. Aliás, sem contar o fato de que muitas mulheres sofriam perseguições, assédio moral e sexual, o que se somou às demais indignações, resultando em movimentos de rebelião nos seus ambientes de trabalho. Isso tudo deu origem aos sindicatos, bem como iniciaram-se greves e manifestações, não só por melhores condições laborais, mas também por acesso à democracia, uma vez que as mulheres ainda não podiam votar.

Com isso, esses movimentos, ao passar do tempo, adquiriram mais força, tendo o movimento feminista como representação e organização política e social. Por isso, passou-se a buscar, através luta reivindicatória, por condições iguais ao sexo masculino, como também desmistificar a visão conservadora de submissão e subordinação do sexo feminino nas relações domésticas e de trabalho. Saffioti traduz exatamente esse contexto afirmando que:

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina às mulheres das camadas intermediárias às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. (SAFFIOTI, 2013, p. 95).

Pois, é dentro do capitalismo que a divisão sexual do trabalho se intensifica, ficando explícito que é através deste que a exploração, dominação e opressão recaem com mais ênfase sobre as mulheres, inclusive mulheres pobres, haja vista o misticismo sobre seus papéis na sociedade, que seriam os já frisados no decorrer do artigo de estarem ligados aos afazeres domésticos e ao casamento, sem perspectiva para qualificações com vistas ao mercado de trabalho e a emancipação feminina. Portanto, através da exploração capitalista, que se intensificam nas atividades das mulheres e nas jornadas de trabalho onde se faz presente tais desigualdades de gênero.

Com o sistema que estamos inseridos, que é o capitalismo, a divisão sexual do trabalho é intensificada. O capitalismo usa de todo o contexto histórico que as mulheres passaram e ainda sofrem com o machismo e por serem tituladas como incapazes de trabalhar ou até mesmo pensar. Ele usa dessas estratégias para oprimir, explorar e dominar. pois o Seja de forma de redução de salários, jornadas de trabalhos mais longas ou até mesmo de oferecer condições insalubres para as trabalhadoras eles conseguem intensificar a divisão sexual do trabalho e tirar lucros extraordinários dessa situação.

REPRODUÇÕES IDEOLÓGICAS DE GÊNERO

Partindo para a contemporaneidade, a família se encontra como a primeira instituição ideológica de valores que atribui papéis sociais a seus familiares, os quais devem ser seguidos. Assim, antes mesmo do nascimento, essa instituição idealiza e prática de forma coercitiva o comportamento, valores e tipos de relações baseadas no gênero.

O papel da mulher e do homem são construções advindas dos aspectos socio-histórico-culturais, os quais findam por demarcar seus lugares e representações na vida social. Logo, tais fatores irão determinar o que é cabível para ambos os gêneros, como forma de naturalizar comportamentos, configurações familiares e a própria reprodução desses papéis de forma a garantir a manutenção da ordem capitalista e monogâmica.

Desse modo Nascimento retoma ao seio familiar ao afirmar que:

Nesse sentido, é no seio familiar que começa a se delinear os espaços que cada um pode ou não pode fazer que na maioria das vezes, resulta em preconceitos distorcidos da realidade. Desse modo, vão sendo construídos o que é considerado “coisa de menina ou coisa de menino” separando assim, os brinquedos, as cores, as roupas, os espaços, dentre outras. (NASCIMENTO, 2015, p.03).

Esses acordos pré-estabelecidos socialmente surgem antes mesmo do nascimento dos sujeitos, ou seja, de forma a existirem antes de sua concepção. Os papéis sociais de gênero, então, surgem com a ideia de explicar e naturalizar o feminino enquanto ser frágil e o masculino como o forte, assim relatado por Santos (2010, n.p): “que o lugar ‘natural’ da mulher é a casa, e o lugar ‘natural’ do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais”.

Outros âmbitos que reforçam essas determinações sexistas são a Igreja e a escola, pois são instituições que detêm um forte poder sobre a sociedade. A Igreja repassa as atribuições e deveres conservadores aos gêneros, colocando sempre a mulher como inferior ao homem e que àquela apenas tem o dever de obedecê-lo. Já a

escola, por sua vez, generaliza as características das mulheres, principalmente através dos livros didáticos, sendo elas sempre dóceis e dependentes sociais, financeira e fisicamente do gênero masculino em suas vidas, tornando-as, assim, incapazes e insuficientes.

Louro denota a complementação no âmbito cultural, assim sendo:

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. (LOURO, 2000, p.06).

Isto é, a construção social dos papéis de gênero atuam fortemente na vida dos sujeitos, implicando na adesão de determinado grupo onde o indivíduo sinte-se no seu lugar e reconhecido socialmente.

O trabalho do homem será sempre mais valorizado do que o trabalho da mulher. Como exemplo, temos o trabalho doméstico, onde é exigido o cumprimento de inúmeras tarefas em um só dia e que para nossa sociedade, não há muito valor por ser um trabalho que não gera tanto dinheiro, e segundo Kergoat (2007) trabalho valorizado é trabalho que gera dinheiro.

A divisão sexual do trabalho está implícita em todos os âmbitos dos trabalhos ficando-se claro, por exemplo, na falta de oportunidades às mulheres para ocuparem cargos chefes. Não se há uma confiança na capacidade de mulheres liderarem empresas, portanto, sempre se é ofertado esse emprego a homens, que se imagina nele uma pessoa forte e inteligente. Diferente do que se imagina a mulher, que seria uma pessoa de punho frágil e dócil.

Como visto, o processo de secundarização da mulher perpassa a nossa sociedade há muitos anos, e durante todo esse tempo houve inúmeras conquistas, devendo-se grande valor aos movimentos sociais. Estes, com sua força, mostraram através da educação que a igualdade de gênero é possível existir a partir de uma revolução e da resistência às imposições machistas e patriarcais conservadoras, embora ainda haja muita luta, principalmente no que se refere ao âmbito do mercado de trabalho.

Os fatos acima citados contribuem, portanto, para reforçar a ideia de que existem empregos/atividades considerados mais compatíveis para as mulheres, seguindo o pensamento sexista, os quais são tidos como mais fáceis de realizar, gerando uma desvalorização e precarização do trabalho feminino.

De acordo com Rezende o número de mulheres no mercado de trabalho restringe-se a partir da masculinidade presente a atitudes de “colaboração e suporte”:

Apesar do crescente número de mulheres no mercado de trabalho, os estereótipos sobre o papel masculino e feminino impõem barreiras para a ascensão das mulheres a cargos de poder e liderança. [...] Dentro das organizações, bem como nas relações de trabalho, a masculinidade é sinônimo de controle, desempenho e poder. Já a feminilidade é tida como sinônimo a atitudes de colaboração e suporte. (REZENDE, 2016, n.d.).

Por isso, a inserção feminina no mercado de trabalho que já é fragilizada e dificultada diante do conservadorismo proveniente do patriarcado – enquanto sistema opressor e dominador do homem sobre a mulher –, além de outros fatores que contribuem ainda mais para isso, sendo de interesse do capitalismo que tais desigualdades aconteçam. Essa realidade é, portanto, uma das expressões da divisão sexual do trabalho, a qual é extremamente útil para manutenção do sistema capitalista e sua contínua exploração da força de trabalho, em especial da mulher. Como exemplo destes fatores, tem-se as jornadas de trabalho múltiplas extensivas especialmente para aquelas que são mães e donas de casa, as quais tomam para si a responsabilidade de realizar todas as atividades sozinhas ou com a ajuda de algum familiar, ou ainda pagando alguém.

Segundo Cisne (2012), essa responsabilização aparece satisfatório ao capital, haja vista ter – a partir da realização do trabalho doméstico – o atendimento das necessidades sociais/humanas via o trabalho (in) visível realizado pelas mulheres, como ainda, para a manutenção do capital e para o Estado, pois já que a mulher realiza atividades domésticas não-remuneradas, acaba isentando-o de criar, por exemplo, escolas de tempo integral, restaurantes populares, entre outros serviços de cunho público destinados a atender as necessidades das famílias da classe trabalhadora.

A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Com o fim da I e II Guerra Mundial, o cenário que envolve o mercado de trabalho assalariado sofre também um grande impacto. Já que houve uma grande perda de possível mão de obra com a morte de muitos homens nas zonas de guerra, ampliou-se o número de vagas ofertadas para mulheres, de modo a preencher o vazio deixado pelos ex-combatentes. Mas, com isso, deu-se continuidade aos questionamentos sobre qual o real papel da mulher no meio trabalhista e o porquê de o trabalho feminino ainda ser tão desvalorizado no sistema capitalista.

Ao observar o cenário atual da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, é possível observar o quanto, mesmo após quase um século, sua presença é tão mal vista nesse meio. Ainda que com a ampliação dos movimentos sociais destinados à luta e à reivindicação dos direitos da classe trabalhadora e a abrangência que o movimento feminista conquistou, particularidades como: salários inferiores, a ausência de mulheres ocupando cargos mais altos e a jornada de trabalho extensiva, ainda são comumente discutidos ao pensar o sexo feminino no meio trabalhista. Mas, por que ainda vivemos neste cenário?

A resposta parece simples: o machismo, o preconceito enraizado – marcado pela secundarização historicamente característica a vida das mulheres - é disseminado por uma sociedade altamente patriarcal e conservadora, a qual molda homens e mulheres à sua imagem e os coloca uns contra os outros. Sendo assim, é com a cultura machista que expressões como “a mulher é inferior ao homem”, “mulher não é boa em cálculo”, “mulher não sabe dirigir bem”, “a mulher nasceu pra cuidar da casa e da família”, acabam permeando as mais variadas esferas da sociedade e impactando na vida de milhares de mulheres que crescem ouvindo que não são capazes de algo tão normal como trabalhar.

Diante do que foi visto anteriormente, o peso trazido pelas relações sociais é um fator altamente determinante de como homens e mulheres serão vistas/os diante da sociedade, pois tais relações pregam que como em um espetáculo da vida cotidiana cada gênero siga um papel pré-determinado e que em hipótese alguma fuja do roteiro. Isto é, já que a mulher “nasceu para cuidar da casa e da família”, o que ela está fazendo ocupando uma vaga que “por direito” seria de um homem? O primeiro pensamento é que isto é algo inadmissível. O que já se preconiza através do tempo.

Diante disso, a autora Pujol traz uma passagem:

A atividade das mulheres em casa, destinada ao cuidado familiar, era muito importante, principalmente no que se refere às crianças e à educação dos filhos, uma vez que essa influência era indispensável para que eles se transformassem em trabalhadores produtivos e contribuíssem para a criação de riqueza. Para este autor, a obrigação primeira das mulheres era a de ser mãe e esposa, o que se tornaria incompatível com um emprego fora de casa (PUJOL, 1992, n.d.).

Assim, podemos fazer uma reflexão de que a sociedade já tinha uma ideia formada de qual era o papel da mulher e que o sucesso da família dependia do cuidado e tempo de dedicação que àquela fosse oferecer, tendo uma função que só caberia, única e exclusivamente a ela. Para tanto, com o novo cenário de inserção no mercado de trabalho, os empregadores não as visualizaram como trabalhadoras e muito menos dignas de receber um salário adequado e condizente com a função, pois, para eles, ali

não seria lugar de mulher. Então, a precarização do trabalho seria até uma forma de desestimular a presença feminina nesses espaços, induzindo a mulher a ficar presa novamente naquela rotina de reprodutora e cuidadora do lar.

Carrasco estabelece a ideia convergente a respeito da superioridade masculina:

Nesse período, prevalecia o entendimento de que o salário das mulheres solteiras deveria ser igual ao que custa o sustento delas, mas não precisaria ser superior. O mínimo para um homem é sempre acima disso, porque para os homens o salário deve ser suficiente para sustentar a si mesmo, uma mulher e um número adequado de filhos. (CARRASCO, 2008, p. 8).

Podemos visualizar, neste contexto do capitalismo, que a figura do homem era e ainda é muito valorizada por ele ser representado como provedor de todo o sustento da família. Diferente da mulher, homens deveriam ganhar mais para suprir suas necessidades básicas e o sustento da família, porém ainda deveriam ter dinheiro para os seus momentos de lazer.

Entretanto, a mulher nunca tinha o direito de ter momentos de liberdade e lazer, sempre tinha que ser dedicada totalmente ao trabalho, pois se fosse vista em ambientes de festa ou de distração já era considerada como incapaz de exercer aquela função, assim como isso também valia para suas vestimentas, o tom da voz que ela usava ou até mesmo a cor do seu cabelo. Somando-se isso tudo, então, à desvalorização financeira e à carga horária de trabalho exaustiva, as mulheres tinham dificuldade em se manter inseridas no seu local de trabalho, tendo em vista que por trás de tudo isso ainda há a vida pessoal delas.

Dessa forma, esse padrão determinado pelas empresas, impostos às mulheres, é uma maneira de torná-las subordinadas ao emprego e ao empregador, bem como uma representação de desigualdade de gênero e machismo presente nesses ambientes.

Nesse íterim, o capitalismo dominava cada vez mais, passando por uma economia liberal e depois não liberal, onde a desvalorização da categoria feminina crescia e era necessário o desenvolvimento de movimentos sociais, lutas de classe, pois segundo Brandt:

À medida que o capitalismo se desenvolvia, permaneciam os preconceitos patriarcais. As mulheres ficavam em casa, eram encaminhadas a “profissões femininas”, como enfermagem e ensino, o que reforça a crença de que as mulheres, sendo menos capacitadas que os homens, só podem exercer funções extensivas de sua tendência “natural”, isto é, cuidar dos outros. (BRANDT, 1995, p. 38).

É por isso que as mulheres conseguiram adquirir uma consciência de classe, diante de todo esse contexto coercitivo que viviam. Assim, conseguiram ter uma visão

de totalidade e travar uma luta cotidiana em busca de direitos trabalhistas igualitários, valorização na profissão, igualdade salarial e valorização intelectual, tornando-se esses ramos da luta pautas diárias no campo de trabalho. É, portanto, a partir de tais reivindicações e movimentos que hoje temos alguns direitos preservados e garantidos, mas somente com a continuidade da luta e com o fim desse sistema opressor que as mulheres terão sua liberdade plena, seja na vida pessoal como na vida pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a partir da compreensão que o tema do artigo enfatiza e toda sua estruturação teórica, conclui-se que o sistema capitalista, detentor e dominador dos meios de produção, também se constitui como dominador de gênero, classes e relações sociais. Percebe-se, com isso, que há uma lógica do sistema referente à esses termos, os quais estão, intrinsecamente, ligados pelo fato de ser relativizado na figura da mulher, no sentido de não haver um investimento no mercado de trabalho pelo fato de terem a concepção muitas vezes de uma mulher sem criatividade. Entretanto, tornou-se uma motivação a fim de alcançar conquistas nesse meio, ainda que haja a ideia de que o homem deve ter privilégios em detrimento da mulher. Outro aspecto a ser ressaltado também, é o da mulher enquanto figura meramente mercadológica do sistema, a qual muitas vezes é usada como marketing ao ser exibido seu corpo e não tendo direitos resguardados de imagem, por exemplo.

O gênero caracterizado no artigo, onde está centralizada a pauta sobre a mulher, ressalta sua importância em contextos desafiadores desde os cenários primitivos, até o que fora atual como as guerras, onde houve grande procura por sua mercadoria (mão de obra), isso porque, novamente, a situação era de perda drástica de homens nas guerras.

Contudo, o intuito deste artigo esteve e está, prioritariamente, em submeter aos leitores a reflexão crítica sobre o que a mulher representou e representa no campo do trabalho, bem como nos demais campos aos quais está inserida, diante de suas lutas, formas de resistência e suas conquistas.

Portanto, fica a análise sucinta, porém clara, sobre a luta do gênero feminino em buscar o fim, junto com participações de outros sujeitos da sociedade, opiniões e ações de cunho machistas, onde as desigualdades perpassam, permeiam e são vivenciadas por mulheres, constantemente, nas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS:

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: Desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRANDT, Barbara. **Whole life economics: revaluing daily life**. Philadelphia: New Society Publishers, 1995.

CARRASCO, Cristina. **El trabajo doméstico: un análisis económico**. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1991.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

HIRATA, Kergoat. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **Era das Revoluções**. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em: <<https://farofafilosofica.com/2017/03/27/eric-hobsbawn-bibliografia-em-pdf/>>.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 1ª ed. Campinas: Ed Unicamp, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

MOTA, Ilóida Manuela Augusto da. **As Relações de Gênero e o Sistema de dote Na Índia – O caso e Hyderabad**. Lisboa School of Economics & Management. 2013. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6210/1/DM-IMAM-2013.pdf>>.

NASCIMENTO, A. C. O. **Educação sexista: uma reprodução da ideologia patriarcal**. II CONEDU. Acesso em 28 de Maio de 2019, Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA2_ID6732_17082015170119.pdf>.

REZENDE, Grazi. **Entre o Rosa e o Azul: Uma Sociedade Regida por Papéis de Gênero**. Disponível em: <<http://mundodapsi.com/uma-sociedade-regida-por-papeis-de-genero/>>.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, J.A. **Gênero na Teoria Social**. 2010. Disponível em UFJF: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo4a5.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

PUJOL, Michele. **Feminism and anti-feminism in early economic thought**. London: Edward Elgar, 1992.

VANNUCHI, Maria Lúcia; PETEAN, Antônio Carlos Lopes. **Relações Sociais de Sexo e Gênero no Islã**. Universidade de Coimbra. 2017. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43889?mode=full>>.